

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.784.380 - RS (2018/0322882-4)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**RECORRIDO : JOSE CARLOS BENETTI**  
**ADVOGADO : MICHELE BACKES - RS057460**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. SENTENÇA PREVIDENCIÁRIA CONDENATÓRIA. VALOR DO PROVEITO ECONÔMICO POR ESTIMATIVA. DESCABIMENTO. NATUREZA ILÍQUIDA DA SENTENÇA. REEXAME OBRIGATÓRIO. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social contra acórdão proferido pelo TRF-4ª Região, assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO GENÉRICA. ATIVIDADE ESPECIAL. APOSENTADORIA ESPECIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. CUSTAS PROCESSUAIS.

1. Não se conhece de apelação que veicula apenas alegações genéricas, não relacionando-as ao caso concreto.

2. Apelação não conhecida no que concerne ao reconhecimento do tempo especial.

3. Restando impossível a realização da perícia no local onde o serviço foi prestado, porque não mais existente, admite-se a perícia indireta ou por similitude, realizada mediante o estudo técnico em outro estabelecimento, que apresente estrutura e condições de trabalho semelhantes àquele em que a atividade foi exercida (TRF4, EINF 0008289-08.2008.404.7108, Terceira Seção, Relator João Batista Pinto Silveira, D.E. 15/08/2011; TRF4, EINF 0003914-61.2008.404.7108, Terceira Seção, Relator Celso Kipper, D.E. 10/06/2011).

4. O Supremo Tribunal Federal reconheceu no RE 870947, com repercussão geral, a inconstitucionalidade do uso da TR, determinando, no recurso paradigma, a adoção do IPCA-E para o cálculo da correção monetária.

5. Considerando que o recurso que originou o precedente do STF tratava de condenação da Fazenda Pública ao pagamento de débito de natureza administrativa, o Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1495146, em precedente também vinculante, e tendo presente a inconstitucionalidade da TR como fator de atualização monetária, distinguiu os créditos de natureza previdenciária, em relação aos quais, com base na legislação anterior, determinou a aplicação do INPC.

6. Os juros de mora, a contar da citação, devem incidir à taxa de 1% ao mês, até 29-06-2009. A partir de então, incidem uma única vez, até o efetivo pagamento do débito, segundo o índice oficial de remuneração básica aplicado à caderneta de poupança.

7. O INSS é isento do pagamento das custas processuais quando demandado na Justiça Estadual do Rio Grande do Sul, devendo, contudo,

pagar eventuais despesas processuais, como as relacionadas a correio, publicação de editais e condução de oficiais de justiça (artigo 11 da Lei Estadual nº 8.121/85, com a redação da Lei Estadual nº 13.471/2010, já considerada a inconstitucionalidade formal reconhecida na ADI nº 70038755864 julgada pelo Órgão Especial do TJ/RS).

8. Não se cogita da remessa necessária quando for possível concluir, com segurança, que a condenação ou o proveito econômico da ação não atinge o patamar de mil salários mínimos previsto no art. 496, §3º, I, do NCPC.

Em suas razões de recurso especial, sustenta o INSS que o Tribunal *a quo* negou vigência ao artigo 496 do CPC/2015, ao não conhecer da remessa necessária, na medida que a sentença condenatória previdenciária é de natureza ilíquida. Além do que, deve ser observado o Recurso Especial Repetitivo 1.101.727/PR, em que se fixou o entendimento de que é obrigatório o reexame de sentença ilíquida proferida contra os entes federativos, suas autarquias e fundações de direito público.

O prazo para apresentação de contrarrazões transcorreu *in albis*.

Noticiam aos autos que José Carlos Benetti ajuizou ação em face do INSS, objetivando a concessão do benefício aposentadoria especial.

A sentença julgou o pedido procedente.

A Autarquia previdenciária, ora recorrente, apelou, tendo o Tribunal *a quo* conhecido em parte do recurso, dando-lhe, nessa extensão, parcial provimento, e não conhecido da remessa necessária, nos termos da ementa supratranscrita.

Interposto recurso especial, este foi admitido pelo Presidente do Tribunal *a quo*.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ que dispõe *in verbis*: aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

A questão recursal a ser enfrentada diz respeito à obrigatoriedade do reexame necessário, considerando a natureza da sentença previdenciária condenatória para o INSS.

Acerca da questão, a Segunda Turma do STJ firmou entendimento no sentido de que a sentença previdenciária que condena a Autarquia previdenciária é de natureza ilíquida, por isso submetida ao reexame obrigatório.

Confira-se o precedente:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. REEXAME NECESSÁRIO. SENTENÇA ILÍQUIDA. SÚMULA 490/STJ.

1. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 1.022 do CPC/2015, verifico que o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a *quaestio* trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte.

2. Hipótese em que o Tribunal de origem não conheceu da Remessa Necessária por entender que, "no caso concreto, o valor do proveito econômico, ainda que não registrado na sentença, é mensurável por cálculos meramente aritméticos" (fl. 140, e-STJ).

3. O STJ, no julgamento do Recurso Especial 1.101.727/PR, submetido ao

rito do art. 543-C do Código de Processo Civil de 1973, firmou entendimento segundo o qual o Reexame Necessário de sentença proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público (art. 475, § 2º, do CPC/73) é regra, admitindo-se sua dispensa nos casos em que o valor da condenação seja certo e não exceda a 60 (sessenta) salários mínimos.

4. Tal entendimento foi ratificado com o enunciado da Súmula 490/STJ: A dispensa de reexame necessário, quando o valor da condenação ou do direito controvertido for inferior a sessenta salários mínimos, não se aplica a sentenças ilíquidas.

5. Recurso Especial parcialmente provido para determinar o retorno dos autos à origem para que a sentença seja submetida ao Reexame Necessário.

(REsp 1.679.312/RS, Segunda Turma, Relator Ministro Herman Benjamin, DJe 12/9/2017)

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. SENTENÇA ILÍQUIDA. CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA. REMESSA NECESSÁRIA. OBRIGATORIEDADE. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO JULGAMENTO DO RESP 1.101.727/PR, SUBMETIDO AO REGIME DO 543-C DO CPC.

(...)

2. A Corte Especial do STJ, no julgamento do REsp 1.101.727/PR, proferido sob o rito do art. 543-C do CPC/1973, firmou o entendimento de que é obrigatório o reexame da sentença ilíquida proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas autarquias e fundações de direito público (art. 475, § 2º, CPC/1973).

3. O acórdão do Tribunal regional divergiu da orientação desta Corte Superior quanto ao cabimento do reexame necessário, pois considerou, por estimativa, que o valor da condenação não excederia 60 salários mínimos.

4. Recurso Especial parcialmente provido.

(REsp 1.684.575/SP, Segunda Turma, Relator Ministro Herman Benjamin, DJe 16/10/2017)

Confirmam-se, ainda, as seguintes decisões: REsp 1.725.588/RS, Relatora Ministra Assusete Magalhães, DJe 1º/3/2018; REsp 1.335.299/PB, Relator Ministro Gurgel de Faria, DJe 6/9/2016; REsp 1.522.086/SE, Relator Ministro Humberto Martins, DJe 15/12/2015.

No presente caso, o Tribunal *a quo* não conheceu da remessa necessária, asseverando que conquanto seja incerto o valor da condenação na data do ajuizamento da ação, por ocasião da prolação da sentença, tornou-se certo e líquido, uma vez que, por simples cálculo aritmético, é possível verificar que o proveito econômico, obtido com a condenação, não excederá 1.000(mil) salários mínimos.

Ante o exposto, com fulcro no artigo 932, V, do CPC/2015 c/c o artigo 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, determinando o retorno dos autos ao Tribunal *a quo* para que conheça da remessa oficial e prossiga no seu julgamento.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**

Relator

